



## CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

EDIFÍCIO DR. TANCREDO DE ALMEIDA NEVES

ESTADO DE SÃO PAULO



**APROVADO**

*Providencie-se a respeito*

*na Sala das Sessões, 25 de 03 de 88*

REQUERIMENTO

Nº 73/88

*[Handwritten signature]*  
**PRESIDENTE**

As declarações do Diretor de fiscalização do Banco Central, José Tupy Caldas de Moura, no último dia 16 de março p. passado, perante a Comissão de Fiscalização da Câmara dos Deputados, defendendo a extinção das caixas econômicas estaduais, com o objetivo de combater o déficit público, causou apreensão aos servidores da instituição com conotação para o sistema financeiro do país.

Ao ser abordado sobre a tese da medida, o Sr. Tupy Caldas, insistiu que está aplicando o parecer do ministro Paulo Brossard, que determina a reavaliação dos passivos das instituições financeiras, contudo, nenhuma informação nova foi levantada, pois, é público e notório que as caixas econômicas enfrentam situações de déficit, exatamente para cumprir as determinações do Banco Central, ou seja, de atingir a sua função social, coisa que os bancos privados não os fazem.

Esse déficit técnico, decorre em razão dos investimentos sociais efetuados na área social e exigidos pelo Bacem, como por exemplo, o financiamento imobiliário para famílias de baixa renda, o crédito rural beneficiando os produtores rurais; a linha de crédito da Nossa Caixa Municipal e Plano Comunitário Municipal de Melhoramentos, atendendo pessoas comprovadamente pobres; os financiamentos as prefeituras para obras sociais, etc. Toda essa gama de investimentos no setor social pelas caixas, não são rentáveis, por isso os bancos privados se recusam a operar neste mercado, além do mais o Bacem exige das Caixas Econômicas, o mesmo depósito compulsório dos bancos privados, só que não tem a mesma liberdade para atuarem no mercado, pois são impedidos de operarem com as pessoas jurídicas.

Já se encontra no Banco Central, estudos vi-

